

Senior Solution S.A.

Demonstrações financeiras

Individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Informações Financeiras 4

Informações Financeiras Revisadas

Balanco Patrimonial 6

Demonstração do Resultado do Exercício 8

Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido10

Demonstração dos Fluxos de Caixa 11

Demonstração do Valor Adicionado13

Notas explicativas.....14

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a SENIOR SOLUTION S.A., principal provedora brasileira especializada em tecnologia da informação para o mercado financeiro, submete à apreciação de seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Conselho de Administração, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria, bem como obter aprovação de seu Conselho de Administração. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Senior Solution S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Senior Solution S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

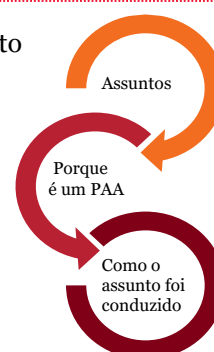
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Senior Solution S.A. e da Senior Solution S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria de 2017 foi planejada e executada levando em consideração que as estratégias de negócio, o modelo operacional e a estrutura das operações da Companhia e suas controladas não tiveram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Considerando este contexto, a definição dos Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, permaneceram substancialmente inalteradas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de receita de prestação de serviços de consultoria e customização de software

Conforme mencionado nas Notas 8, 19 e 26.19, a mensuração da receita e seu correspondente contas a receber em 31 de dezembro de 2017, decorrente da prestação de serviços sob a égide de contratos de consultoria e customização de *softwares*, inclui a elaboração de estimativa de horas a serem incorridas até a finalização dos serviços, o que pode causar impacto na mensuração e reconhecimento contábil da receita decorrente dos serviços já prestados.

Nos concentramos nessa área por se tratar de uma estimativa com base em julgamentos críticos da administração, como exposto acima.

Obtivemos o entendimento e avaliamos os controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração e reconhecimento contábil da receita decorrente da prestação de serviços.

Nossos testes sobre a receita de prestação de serviços foram efetuados com base amostral e contemplaram: a análise da documentação-suporte da venda do serviço, a inspeção da evidência da prestação do serviço, a leitura dos contratos, o registro contábil dentro de seu período de competência, a liquidação financeira subsequente e a análise, junto aos responsáveis dos projetos selecionados, dos critérios utilizados na elaboração da estimativa de horas a incorrer, base para a elaboração do cálculo da estimativa e mensuração da receita do serviço prestado.

Como resultado da aplicação dos procedimentos de auditoria acima mencionados, dentre outros, consideramos que a metodologia utilizada pela administração da Companhia para o reconhecimento contábil decorrente da prestação de serviços são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Teste do valor recuperável do ativo Intangível (ágio)

Conforme mencionado nas Notas 2.1(a) e 12 às demonstrações financeiras, a Companhia possui ágio apurado em aquisição de entidades controladas, cuja avaliação por perda do valor recuperável (*impairment*) envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia na determinação do fluxo de caixa futuro, que está baseado no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a obtenção do cálculo do valor recuperável do ágio elaborado pela administração da Companhia para aplicação dos seguintes principais procedimentos de auditoria:

Com o apoio dos nossos especialistas da área de Valorização de Empresas: analisamos se as premissas-chave utilizadas no modelo para cálculo do valor recuperável do ágio estão alinhadas com o plano de negócio da Companhia, devidamente

Porque é um PAA

Consideramos esta área como de foco de atenção da auditoria uma vez que envolve aspectos de julgamento significativo na determinação de premissas-chave (Nota 2.2) sobre a qual a administração da Companhia tenha baseado sua determinação no cálculo do valor recuperável do ágio, principalmente no tocante à razoabilidade e fundamentação das projeções utilizadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos análise da consistência dos fluxos de caixa projetados em exercícios anteriores com os fluxos de caixa efetivamente realizados nos mesmos exercícios, bem como testamos a exatidão matemática do modelo utilizado para o cálculo do valor recuperável do ágio. Também analisamos a razoabilidade das premissas-chave, financeiras e econômicas, utilizadas pela administração da Companhia, tais como taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento de receitas e despesas, taxa de investimento, através da comparação com dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade das premissas-chave no modelo (*stress test*).

Como resultado de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que as premissas-chave determinadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
1DF012332/O-2
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	11.876	11.063	30.001	26.405
Contas a receber (nota 8)	3.244	1.803	18.827	14.508
Impostos e contribuições a recuperar (nota 9)	1.064	1.219	2.810	3.698
Outros créditos a receber	305	120	437	385
Total do ativo circulante	16.489	14.205	52.075	44.996
Não circulante				
Partes relacionadas (nota 10)	882	2.031	-	-
Depósitos judiciais (nota 17)	142	163	2.151	1.441
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 23)	2.028	1.486	10.268	11.303
Outros Créditos	-	-	159	436
Investimentos (Nota 5)	79.528	76.375	-	-
Imobilizado (nota 11)	667	505	2.597	1.587
Intangível (nota 12)	26.895	30.128	90.251	95.561
Total do ativo não circulante	110.142	110.688	105.426	110.328
Total do ativo	126.631	124.893	157.501	155.324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	6.527	5.295	6.529	7.384
Fornecedores e prestadores de serviços	226	107	601	669
Adiantamentos de clientes	575	173	2.239	3.898
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas (nota 14)	6.227	3.904	16.294	16.755
Lucros a distribuir (nota 18.2)	2.085	1.058	2.085	1.058
Obrigações tributárias (nota 15)	283	225	1.583	1.050
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	4.608	4.774	4.841	5.989
Total do passivo circulante	20.531	15.536	34.172	36.803
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	15.246	11.238	15.327	11.830
Obrigações Tributárias (nota 15)	17		334	
Provisões para contingências (nota 17)	601	2.369	18.819	19.661
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	13.242	16.699	13.242	16.781
Provisão para Perdas com Investimentos (nota 5)	1.386	8.802	-	-
Total do passivo não circulante	30.492	39.108	47.722	48.272
Patrimônio líquido (nota 18)				
Capital social	50.561	50.561	50.561	50.561
Ações em tesouraria	(4.772)	(4.941)	(4.772)	(4.941)
Reserva de capital	464	654	464	654
Reservas de lucros	29.353	23.975	29.354	23.975
Total do patrimônio líquido	75.607	70.249	75.607	70.249
Total do passivo	126.631	124.893	157.501	155.324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016 (reclassificado)	31.12.2017	31.12.2016 (reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 19)	28.600	29.987	134.909	84.558
Custo dos serviços prestados (nota 20)	(17.936)	(19.787)	(84.173)	(55.624)
LUCRO BRUTO	10.664	10.200	50.736	28.934
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais (nota 21)	(13.237)	(8.065)	(39.302)	(21.620)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 5)	11.169	3.906		
Total das despesas operacionais	(2.068)	(4.159)	(39.302)	(21.620)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	8.596	6.041	11.434	7.314
Resultado financeiro, líquido (nota 22)	(1.795)	3.544	(1.677)	4.017
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.801	9.585	9.757	11.331
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 23)	121	(1.683)	(1.066)	(3.260)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 23)	542	380	(1.227)	211
Lucro líquido do exercício	7.464	8.282	7.464	8.282
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 24)	0,667	0,739	0,667	0,739
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 24)	0,667	0,739	0,667	0,739

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>7.464</u>	<u>8.282</u>	<u>7.464</u>	<u>8.282</u>
Outros resultados abrangentes	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>7.464</u>	<u>8.282</u>	<u>7.464</u>	<u>8.282</u>

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de Lucro			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				Despesas com emissões de ações	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.561	763	(4.235)	(1.952)	1.364	19.581	-	66.082
Lucro líquido do exercício							8.282	8.282
Ações em tesouraria (nota 18.4)			(706)					(706)
Dividendos (nota 18.2)							(11)	(11)
Juros sobre capital próprio (nota 18.2)							(3.289)	(3.289)
Remuneração baseada em ações (nota 10 (c))		(109)						(109)
Constituição de Reserva Legal					414		(414)	
Retenção de lucros						4.568	(4.568)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	50.561	654	(4.941)	(1.952)	1.778	24.149	-	70.249
Remuneração baseada em ações (nota 10 (c))		(190)						(190)
Ações em tesouraria (nota 18.4 e nota 10 (c))			169					169
Lucro líquido do exercício							7.464	7.464
Destinação do lucro:								
Constituição de Reserva Legal					373		(373)	
Juros sobre capital próprio (nota 18.2)							(2.085)	(2.085)
Retenção de lucros						5.006	(5.006)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	50.561	464	(4.772)	(1.952)	2.151	29.155	-	75.607

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	7.464	8.282	7.464	8.282
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(6.752)	(4.027)		
Provisão para perdas com investimentos		8.681		
Equivalência patrimonial em perda por investimento, líquida de reversão	(4.416)	121		
Depreciação e amortização	4.067	219	6.811	2.654
Depreciação e amortização por aquisição de empresa				2.968
Resultado na baixa/alienação de imobilizado	7		22	-
Provisão (Reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	(10)	(5)	396
Provisão para contingências, líquida de reversão	(423)	989	881	1.592
Provisão para bônus e participação nos resultados	2.969	586	4.108	455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(542)	(380)	1.035	(211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos por aquisição de empresa				(6.113)
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber	(1.441)	3.021	(4.314)	(2.765)
Depósitos judiciais	21	(41)	(710)	(1.259)
Impostos e contribuições a recuperar	155	887	888	356
Outros créditos a receber	(185)	(68)	225	(632)
Fornecedores e prestadores de serviços	119	(379)	(71)	(260)
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	(646)	(78)	(4.569)	9.673
Obrigações tributárias	72	(239)	867	(194)
Contingências pagas	(1.346)	(87)	(1.723)	15.825
Adiantamento de clientes	401	(396)	(1.660)	2.925
Dividendos a pagar		899		786
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS OPERAÇÕES	(476)	17.980	9.249	34.478
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.002)	(211)	(2.529)	(362)
Imobilizado e intangível proveniente de aquisição de empresa		(51)		(4.219)
Aporte de capital em controlada		(2.500)		
Valor da marca na aquisição de investimento		(1.664)		(1.674)
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimento		(16.996)		(16.856)
Valor do software na aquisição de investimento		(6.161)		(6.652)
Valor do acordo de não competição na aquisição de investimento		(4.575)		(4.575)
Partes Relacionadas	1.149	1.102		
Ágio na aquisição de investimento e outros		(40.005)		(39.643)
Aumento de obrigações por aquisição de investimento		56.720		56.721

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização de obrigações por aquisição de investimento	(3.622)	(36.771)	(4.687)	(39.928)
Recebimento de dividendos	3.600	5.576	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	125	(45.536)	(7.216)	(57.188)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de capital	(3.000)	-	-	-
Pagamento de remuneração em ações	169	-	169	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria		(706)	-	(706)
Distribuição de juros sobre capital próprio	(1.058)	(1.257)	(1.058)	(1.257)
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores	-	(2.032)	-	(2.032)
Dividendos pagos	-	(11)	-	(11)
Programa de Remuneração em ações	(190)	(109)	(190)	(109)
Captação de empréstimos e financiamentos	11.529	3.870	11.529	6.678
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.289)	(1.192)	(8.887)	(1.320)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.161	(1.437)	1.563	1.243
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	810	(28.993)	3.596	(21.467)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.064	40.056	26.405	47.872
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.874	11.063	30.001	26.405
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	810	(28.993)	3.596	(21.467)

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 13.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
1 – RECEITAS	32.465	34.035	152.306	95.812
1.1 - Vendas de produtos e serviços	32.465	34.025	152.301	95.787
1.2 - Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	-	10	5	25
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(4.568)	(4.867)	(11.760)	(11.567)
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.488)	(2.779)	(5.869)	(6.936)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(2.080)	(2.088)	(5.891)	(4.631)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	27.897	29.168	140.546	84.245
4 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.067)	(219)	(6.812)	(2.689)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	23.830	28.949	133.734	81.556
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.907	9.450	1.740	6.911
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	11.169	3.905	-	-
6.2 - Receitas financeiras	738	5.545	1.740	6.911
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	35.737	38.399	135.474	88.467
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	35.737	38.399	135.474	88.467
8.1 - Pessoal	20.604	21.472	101.008	60.419
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	18.281	16.398	89.613	54.077
8.1.2 - Benefícios	2.323	5.074	11.395	6.342
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	3.202	5.341	19.685	14.277
8.2.1 - Federais	1.983	4.092	14.457	10.660
8.2.2 - Municipais	1.219	1.249	5.228	3.617
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	4.467	3.304	7.316	5.489
8.3.1 - Juros	2.533	2.001	3.417	2.894
8.3.2 - Aluguéis	1.934	1.303	3.899	2.595
8.4 - Remuneração de capitais próprios	7.464	8.282	7.464	8.282
8.4.1 - Lucros retidos do exercício	7.464	8.282	7.464	8.282

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Senior Solution S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Haddock Lobo, 347 13º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Em 11 de julho de 2017 a Companhia obteve a aprovação da B3 para efetuar a migração do Bovespa Mais para o Novo Mercado, segmento especial de listagem com os mais elevados padrões de governança corporativa.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras do país, incluindo 15 dos 20 maiores bancos, 11 das 20 maiores seguradoras, 6 das 20 maiores fundações e 54 das principais administradoras de consórcios. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática Ltda., Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Att/ps Informática S.A., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Dentre os incentivos fiscais existentes no país, a Companhia se utiliza do benefício proveniente da Lei do Bem (lei nº11.196/05), voltada a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. Este benefício proporciona uma economia fiscal ao reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de 60% a 80% dos dispêndios em P&D.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 28 de fevereiro de 2018.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, marketshare, entre outros, não foram objeto de revisão por parte dos nossos auditores independentes.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas informações individuais são divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5(b).

1.4 Efeito de reclassificação

Com a finalidade de aperfeiçoar a apresentação de suas informações financeiras, a Companhia efetuou a reclassificação do custo com pesquisa e desenvolvimento referentes a 31 de dezembro de 2016 para custo dos serviços prestados.

Segue abaixo quadro demonstrando a reclassificação efetuada.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2016 (Reclassificado)	31.12.2016	31.12.2016 (Reclassificado)
Custo dos serviços prestados	(18.168)	(19.787)	(54.002)	(55.624)
Custo com pesquisa e desenvolvimento	(1.619)		(1.622)	

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 26.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Reconhecimento de receita

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% a partir do mês de dezembro do mesmo exercício.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por *Impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *Impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *Impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *Impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *Impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *Impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *Impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 12,3% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada pré imposto de renda e contribuição social.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2018 e 2022 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.
- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

(d) Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 8,93% para o ano de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento entre 100% a 105% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Aplicações financeiras	17.995	CDI	8,93%	6,70%	4,46%
Média Juros equivalentes		102,5%			
CDB(100% e 105%)		CDI	9,15%	6,86%	4,58%
Receita financeira			1.647	1.235	824

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável para o ano de 2018 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
BNDES - nº 11201401016	238	TJLP+1%	20	25	30
Taxa de variação			8,35%	10,44%	12,53%
BNDES – nº 14209211 (ii)	11.082	TJLP+1%	926	1.157	1.389
Taxa de variação			8,35%	10,44%	12,53%
BNDES – Prosoft 6	7.029	TJLP+2%	587	734	1.101

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de variação			8,35%	10,44%	15,66%
Progeren	3.424	TJLP+4,5%	8,93%	11,16%	13,39%
			9,15%	11,44%	13,73%
			313	392	470

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Em 2017, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2016, foi a de manter caixa líquido, ou seja, deter recursos, caixa e equivalente de caixa, superiores ao saldo de sua dívida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 13)	21.856	19.214
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(30.001)	(26.405)
Caixa líquido	(8.145)	(7.191)
Total do patrimônio líquido	75.607	70.249
Total do capital	67.462	63.058

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	824	-	-	-
Total do ativo	824	-	-	-
Passivo				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	1.826	-	-	-
Total do passivo	1.826	-	-	-

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2016.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros				
Aplicações Financeiras	868	-	-	-
Total do ativo	868	-	-	-
Passivo				
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	1.622	-	-	-
Total do passivo	1.622	-	-	-

3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Instrumento financeiro por categoria

Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	14.508			14.508
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	7.446			7.446
Aplicações financeiras		18.959		18.959
	21.954	18.959		40.913
Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2016				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e Financiamentos			19.214	14.214
Obrigações por aquisição de investimento			22.770	22.770
Fornecedores			669	669
			42.653	42.653
Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2017				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	18.827			18.827
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	12.006			12.006
Aplicações financeiras		17.995		17.995
	30.833	17.995		48.828
Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2017

Passivo, conforme o balanço patrimonial

Empréstimos e Financiamentos	21.856	21.856
Obrigações por aquisição de investimento	18.083	18.083
Fornecedores	601	601
	40.540	40.540

Seção C – Informações por segmento

4 Apresentação de informações por segmentos

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

5 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Ágio na Intellectual Capital Ltda (i)	Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	att/PS Informá tica Ltda.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.454	24.848	3.584	4.484	40.005	76.375
Equivalência patrimonial	-	2.751	1.092	2.910	-	6.753
Distribuição de Dividendos		(1.300)		(2.300)		(3.600)
Saldo 31 de dezembro de 2017	3.454	26.299	4.676	5.094	40.005	79.528

(i) Empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 22 de julho de 2008.

(b) Informações das controladas

Investimento direto	Patrim ônio líquido	Participação (%)	Ágio na aquisiçã o - Goodwill	Resultado do exercício/ período	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
					31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	4.676	100%		1.092	4.676	3.584	1.092	398

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	26.299	100%		2.751	26.299	24.849	2.751	1.703
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	2.370	100%	2.724	2.910	5.094	4.484	2.910	1.926
Intellectual Capital Ltda.			3.454		3.454	3.454		
att/PS Informática Ltda.	(1.386)	100%	40.005	4.416	40.005	40.005	4.416	(121)
					79.528	76.375	11.169	3.906

(c) Investimentos indiretos (Controlada direta de Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.)

	Patrimônio líquido	Participação indireta (%)	Resultado do exercício/ período	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Investimento indireto							
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	2.950	100%	1.330	2.950	2.619	1.330	563

(d) Provisão para perdas com investimento

	att/PS Informática Ltda.
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.802
Equivalência patrimonial	(4.416)
Integralização de capital	(3.000)
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.386

6 Combinação de negócios

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da Senior Solution S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

a) Aquisição da att/PS Informática Ltda.

Em 28 de novembro de 2016 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das ações da att/PS Informática Ltda. ("att/PS"). A transação envolveu o montante inicial de R\$50.000 composto por (a) parcela à vista de R\$ 35.000, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R\$ 15.000 a serem pagas em uma prestação de R\$ 4.200 vincenda em 28 de novembro de 2017, e dezesseis prestações trimestrais de R\$ 675 pagas a partir de 01 de fevereiro de 2018.

A aquisição da att/PS representa, além de uma importante expansão e diversificação da base de

clientes, a continuidade de uma estratégia bem sucedida de ampliar a oferta de produtos e serviços para os vários segmentos do setor financeiro.

O preço de aquisição final poderá ser acrescido de (c) uma parcela adicional de até R\$ 14.000, paga em dezesseis prestações trimestrais de R\$ 875 a partir de 31 de março de 2018, vinculada ao alcance de receita líquida entre R\$ 50.000 e R\$ 60.000 em 2017, e (d) uma parcela complementar equivalente a 20% da receita líquida que exceder R\$ 60.000 em 2017. No término do exercício de 2016, com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R\$ 5.637 foi considerado, provável e, portando, foi incluído como parte do preço de aquisição. No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida da att/PS foi de R\$ 52.008 (não auditado).

O balanço patrimonial na data da aquisição, a valores de livros, apresentava os seguintes saldos:

att/PS Informática Ltda.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016

	<u>28/11/2016</u>		<u>28/11/2016</u>
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades	2.968	Empréstimos e financiamentos	2.133
Contas a receber	4.157	Fornecedores e prestadores de serviços	648
Despesas antecipadas	1.069	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	9.759
Impostos a recuperar	1.265	Obrigações tributárias	61
Outros créditos a receber	<u>875</u>		
		Total do passivo circulante	<u>12.601</u>
Total do ativo circulante	<u>10.334</u>	Não circulante	
Não circulante		Empréstimos e financiamentos	754
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.232	Provisão para contingências	<u>17.554</u>
Outros créditos	<u>433</u>		
		Total do passivo não circulante	<u>18.308</u>
	6.665	Patrimônio líquido	
Imobilizado	883	Capital social	5.575
Intangível	<u>347</u>	Reserva Legal	208
		Reserva de Capital	3
		Prejuízos acumulados	<u>(18.466)</u>
Total do ativo não circulante	7.895	Total do patrimônio líquido	<u>(12.680)</u>
Total do ativo	<u>18.229</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>18.229</u>

6.1 ATIVOS IDENTIFICÁVEIS ADQUIRIDOS E GOODWILL

a) Aquisição da att/PS Informática Ltda.

O valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis presentes nas demonstrações contábeis da adquirida foram registrados na data da aquisição.

Os ativos intangíveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras da adquirida foram registrados como ágio na data da transação. Posteriormente, a alocação do preço de compra para estes intangíveis foi registrada em 31 de dezembro de 2016, contra ágio. O método utilizado para a avaliação do valor justo dos intangíveis foi baseado no fluxo de caixa descontado.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição é o seguinte:

	Valor dos livros da Adquirida	Ajuste de avaliação	Valor justo na Adquirida
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição são:			
Caixa e equivalentes de caixa	2.968		2.968
Clientes	4.157		4.157
Outros ativos	3.209		3.209
Ativo não circulante	7.895		7.895
Carteira de clientes		16.996	16.996
Software		6.161	6.161
Acordo de não competição		4.575	4.575
Marcas e patentes		1.664	1.664
Passivo circulante	(12.601)		(12.601)
Goodwill		40.005	40.005
Ativos e passivos a valor justo			75.029
Provisão a pagar			5.637
Pagamento em dinheiro			51.083
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida			2.968
Saída de caixa na aquisição			48.115

Como complemento a informação mencionada destacamos as alocações efetuadas:

Segregação do Ágio na aquisição da att/PS	
Valor investido	56.720
Patrimônio líquido de att/PS na data base	(12.680)
Ágio Gerado	69.400
Mais valia da marca	1.664
Mais valia da cláusula de não competição	4.575
Mais valia do software	6.161
Mais valia da carteira de clientes	16.996
Ágio Residual (Goodwill)	40.005

O laudo de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, base para a determinação da alocação do preço das aquisições acima, foi elaborado em 20 de março de 2017 por especialistas independentes.

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	-	-	2	6
Bancos	3.636	2.869	12.004	7.440
Aplicações financeiras (i)	8.240	8.194	17.995	18.959
	11.876	11.063	30.001	26.405

- (i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 95% a 102,5% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Valores faturados	973	1.265	7.979	9.282
Serviços a faturar (i)	2.337	604	11.457	5.839
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(66)	(66)	(609)	(613)
	3.244	1.803	18.827	14.508

- (i) O valor de Serviços a faturar refere-se a receita decorrente de serviços efetivamente prestados aos clientes, mas que até a data base das informações financeiras não havia sido faturado.
- (ii) Apresentamos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
	(66)	(613)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		
Adições	-	(168)
Reversões	-	163
Baixas	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(66)	(609)

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Serviços a faturar	2.337	604	11.457	5.839
A vencer	850	1.199	6.998	6.981
Contas vencidas – de 1 a 90 dias	57	-	367	1.572
Contas vencidas – de 91 a 180 dias			5	116
	3.244	1.803	18.827	14.508

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	1.012	1.167	2.692	2.877
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	52	52	118	791
IR sobre aplicações financeiras	-	-	-	30
	1.064	1.219	2.810	3.698

- (i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e as antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro durante o exercício.
- (ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

10 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) PARTES RELACIONADAS COM EMPRESAS DO GRUPO

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

				Controladora		
	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos a partes relacionadas (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)
Partes relacionadas	31.12.2017			31.12.2016		
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	180	-	2.815	903	-	(2.057)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	239	-	2.162	914	-	(3.212)
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	48	-	707	214	-	(790)
ATT/Ps Informática LTDA	415	-	2.289	-	-	-
Não Circulante (i)	882			2.031		
Resultado			7.973			(6.059)

- (i) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a compartilhamento de gastos, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas. As transações são liquidadas financeiramente com prazo médio acima de 360 dias.

b) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.

Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Salários, honorários e encargos sociais	3.180	2.926	3.180	2.926
Benefícios	292	267	292	267
Bônus variáveis	323	689	323	689
	3.795	3.882	3.795	3.882

c) PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

O propósito do Plano de Remuneração em Ações (“**Plano**”) é oferecer aos principais executivos da Companhia a oportunidade de multiplicar o valor do seu bônus financeiro anual (“**Bônus Anual**”), mediante a cessão pela Companhia de recursos financeiros adicionais (“**Bônus Adicional**”), que devem ser usados pelo executivo elegível (“**Favorecido**”) para a aquisição de ações da Companhia (“**Ações**”). O Plano prevê que o valor do Bônus Adicional será calculado com base em um multiplicador, aplicado sobre o seu Bônus Anual que é outorgado pela Companhia no Programa de Participação de Lucros e Resultados (“**PPLR**”).

O Bônus Anual será utilizado como base para a aplicação do multiplicador para fins de apuração de Bônus Adicional no âmbito deste Plano. O multiplicador varia de 50% a 80% dependendo da função exercida na Companhia.

A quantidade de ações a serem adquiridas por cada Favorecido será calculada como base em seu valor de mercado médio de um determinado período.

Do total de Ações adquiridas, o Favorecido passará a ter a sua titularidade (**Vesting**) à razão de 40% (quarenta por cento) do total após 12 (doze) meses da aquisição, 30% (trinta por cento) do total após 24 (vinte e quatro) meses da aquisição e os 30% (trinta por cento) remanescentes após 36 (trinta e seis) meses da aquisição. A data da aquisição será considerada aquela em que a Companhia receber do Favorecido os valores relativos a Venda e que for celebrado o Acordo de Compra de Ações.

O preço de exercício das ações é calculado pelo valor médio de fechamento nos 90 dias anteriores ao momento da adesão, descontados 15% sobre o referido montante.

PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Período de <i>vesting</i>	Direito ao exercício	Ações	Preço de exercício sem desconto (em reais)	Preço de exercício com desconto (em reais)	Vesting realizado
12 meses	Realizado em abril de 2017	22.484	8,37	7,11	169
24 meses	A realizar em abril de 2018	16.864	8,37	7,11	-
36 meses	A realizar em abril de 2019	16.864	8,37	7,11	-
		56.212			

O Plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, o mesmo entrou em exercício em abril de 2016. O montante de R\$ 299 foi registrado contra o patrimônio líquido até 31 de dezembro 2017.

11 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

Controladora

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

				31.12.2017	31.12.2016
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações e benfeitorias	9 – 12	431	(287)	145	184
Aparelhos e materiais elétricos	9 – 12	303	(212)	91	78
Móveis e utensílios	9 – 12	540	(471)	68	104
Computadores e periféricos	4 – 5	1.258	(895)	363	139
		2.532	(1.865)	667	505

				Consolidado	
				31.12.2017	31.12.2016
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	1.730	(580)	1.150	311
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	374	(229)	145	100
Móveis e utensílios	9 – 12	1.632	(1.265)	367	384
Computadores e periféricos	4 – 5	4.991	(4.056)	935	792
		8.727	(6.130)	2.597	1.587

b) Movimentação do imobilizado – Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	266	253	538	1.007	2.064
Adições	167	6	2	13	188
Baixas	(1)				(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	432	259	540	1.020	2.251
Adições	1	44		301	346
Baixas	(4)			(61)	(65)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	429	303	540	1.260	2.532
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(213)	(147)	(393)	(806)	(1.559)
Adições	(36)	(34)	(43)	(75)	(188)
Baixas	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(248)	(181)	(436)	(881)	(1.746)
Adições	(40)	(31)	(35)	(73)	(179)

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Baixas	1	59	60
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(287)	(212)	(471)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	145	91	68
		363	667

c) **Movimentação do imobilizado – Consolidado**

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	421	276	1.103	2.781	4.581
Adições	250	17	6	26	283
Novos Investimentos (i)	76	-	505	2.065	2.646
Baixas	(1)		(1)	(35)	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	746	293	1.613	4.821	7.473
Adições	990	81	103	501	1.675
Baixas	(5)	-	(85)	(331)	(421)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.731	374	1.631	4.991	8.727
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(335)	(157)	(841)	(2.486)	(3.819)
Adições	(55)	(36)	(83)	(186)	(362)
Novos investimentos (i)	(45)	-	(305)	(1.392)	(1.742)
Baixas				35	35
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(435)	(193)	(1.229)	(4.029)	(5.886)
Adições	(145)	(36)	(108)	(355)	(644)
Baixas			72	328	400
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(580)	(229)	(1.265)	(4.056)	(6.130)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	311	100	384	792	1.587
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	1.149	145	367	935	2.596

(i) Refere-se à aquisição da Att em 2016.

12 INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

			Controladora	
			31.12.2017	31.12.2016
Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

		e impairment			
Direito de uso de softwares	5	430	(235)	195	119
Marcas e patentes	5-10	2.277	(333)	1.944	2.277
Softwares próprios	5	6.160	(1.232)	4.928	6.161
Carteira de clientes	15	16.996	(1.133)	15.863	16.996
Acordo de não competição	4	4.576	(1.145)	3.431	4.575
Desenvolvimento de novos produtos (i)	5	534	-	534	-
		30.973	(4.078)	26.895	30.128

(i) Refere-se aos investimentos direcionados para o laboratório de inovação: “Torq”

				Consolidado	
				31.12.2017	31.12.2016
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e/ou impairment	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas – <i>Goodwill</i>		55.682	(3.982)	51.700	58.187
Softwares próprios	5	11.561	(5.008)	6.553	7.870
Direito de uso de softwares	5	3.333	(2.712)	621	554
Carteira de clientes	10	25.466	(4.343)	21.123	18.089
Acordo de não competição	5	4.815	(1.336)	3.479	4.523
Marcas e patentes	5-10	7.126	(884)	6.242	6.338
Desenvolvimento de novos produtos	5	534	-	534	-
		108.517	(18.265)	90.252	95.561

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do intangível – Controladora

	Direito de uso de softwares	Desenvolvimen to de Novos Produtos	Marcas e patentes	Software Próprio	Carteira de Clientes	Acordo de não Competição	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	233		613				846
Adições	75		1.664	6.161	16.996	4.575	29.471
Saldos em 31 de dezembro de 2016	308		2.277	6.161	16.996	4.575	30.317
Adições	122	534					656
Saldos em 31 de dezembro de 2017	430	534	2.277	6.161	16.996	4.575	30.973
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(157)						(157)
Adições	(37)						(37)
Baixas	5						5
Saldos em 30 de dezembro de 2016	(189)						(189)
Adições	(46)		(333)	(1.233)	(1.133)	(1.144)	(3.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(235)		(333)	(1.233)	(1.133)	(1.144)	(4.078)
Saldo Líquido em 31 de dezembro de 2016	119		2.277	6.161	16.996	4.575	30.128
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	195	534	1.944	4.928	15.863	3.431	26.895

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do intangível – Consolidado

	Agio na aquisição de Controladas - <i>Goodwill</i>	Desenvolvimen to de Novos Produtos	Softwares próprios	Direito de uso de softwares	Valor da carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.039		4.910	1.320	8.610	239	5.452	36.570
Adições			-	117				117
transferências	(361)		491		(140)		10	-
Novos investimentos (i)	40.004		6.160	1.573	16.996	4.576	1.664	70.973
Saldos em 31 de dezembro de 2016	55.682		11.561	3.010	25.466	4.815	7.126	107.660
Adições		534		323				857
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.682	534	11.561	3.333	25.466	4.815	7.126	108.517
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(3.982)		(1.609)	(1.126)	(1.486)	(97)	(243)	(8.544)
Adições			(1.154)	(119)	(813)	(48)	(277)	(2.411)
Baixas			64	15	2		1	82
Novos investimentos (i)				(1.226)				(1.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(3.982)		(2.699)	(2.456)	(2.297)	(145)	(519)	(12.098)
Adições			(2.309)	(256)	(2.046)	(1.191)	(365)	(6.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.982)		(5.008)	(2.712)	(4.343)	(1.336)	(884)	(18.265)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	58.187		7.870	554	18.089	4.523	6.338	95.561
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	51.700	534	6.553	621	21.123	3.479	6.242	90.252

(i) Refere-se à aquisição da ATT em 2016.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
	Encargos	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
BNDDES – nº 11201401016 (i)	TJLP + 1% a.a.	15/08/2018	238	1.663	238	1.663
BNDDES – nº 14209211 (ii)	TJLP + 1,1% a.a.	15/12/2020	11.082	14.870	11.082	14.870
BNDDES – nº 17203411018 (ii)	TJLP + 2,0%a.a	15/03/2024	7.029	-	7.029	-
Empréstimo PROGEREN	TJLP + 4,5%a.a.	15/04/2019	3.424	-	3.424	-
Itaú Capital de Giro	CDI	30/11/2018	-	-	-	2.629
Cartão BNDDES			-	-	83	180
Ajuste a valor presente			-	-		(128)
Total			21.773	16.533	21.856	19.214
Circulante			6.527	5.295	6.529	7.384
Não circulante			15.246	11.238	15.327	11.830

- (i) Este contrato possui como garantia o aval dos intervenientes controladores da Companhia.
- (ii) Este contrato possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDDES.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos seguem o seguinte fluxo de amortização, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2017	31.12.2017
2020	9.536	9.617
2021	1.757	1.757
2022	1.757	1.757
2023	1.757	1.757
2024	439	439
Não Circulante	15.246	15.327

(a) COVENANTS

O contrato de financiamento BNDDES – nº 11201401016 possui cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de determinados índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

O contrato de financiamento BNDDES – nº 14209211 não possui cláusulas restritivas relacionadas ao

atendimento de índices econômico-financeiros.

(b) Atividades de financiamento não envolvendo caixa

Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos de curto prazo	6.527	5.295	6.529	7.384
Empréstimos de longo prazo	15.246	11.238	15.327	11.830
Total da dívida	21.773	16.533	21.856	19.214
Caixa e equivalentes de caixa	11.876	11.063	30.001	26.405
Dívida líquida	<u>9.897</u>	<u>5.470</u>	<u>(8.145)</u>	<u>(7.191)</u>

	Consolidado		
	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 10 de janeiro de 2016	13.856	47.872	(34.016)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	6.679		
Pagamento de empréstimos	(1.425)		
Ajuste a valor presente	104		
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2016	19.214	26.405	(7.191)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos	11.529		
Pagamento de empréstimos	(9.015)		
Ajuste a valor presente	128		
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2017	<u>21.856</u>	<u>30.001</u>	<u>(8.145)</u>

14 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Salários e honorários a pagar	-	-	-	1.453
INSS/FGTS a recolher	534	467	2.149	2.021
IRRF sobre salários	373	381	1.358	1.634
Provisão para férias	1.422	1.491	6.312	6.408
Bônus, comissão e participação nos resultados (ii)	3.886	1.551	4.861	2.392
Acordos a Pagar (i)	-	-	1.551	2.762
Outros	12	14	63	85
	<u>6.227</u>	<u>3.904</u>	<u>16.294</u>	<u>16.755</u>

- (i) Referem-se a acordos efetuados com ex-funcionários, decorrentes de processos movidos contra a Companhia.
- (ii) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados.

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
IR e CS a recolher	6	10	181	69
ISS a recolher	196	142	934	629
PIS/COFINS a recolher	81	73	468	351
Outros impostos a pagar	17	-	334	1
Total	300	225	1.917	1.050
Circulante	383	225	1.583	1.050
Não circulante	17		334	

16 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	366	366	366	366
Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda.	-	-	67	778
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	-	-	167	500
Aquisição Pleno	-	-	-	-
Aquisição att/PS Informática Ltda	4.254	4.426	4.254	4.426
Ajuste a valor presente	(12)	(18)	(13)	(81)
Passivo circulante	4.608	4.774	4.841	5.989
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda	488	854	488	854
Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	-	-	-	84
Aquisição att/PS Informática Ltda	7.126	10.228	7.126	10.228
Aquisição att/PS Informática Ltda – parcela adicional (i)	5.637	5.637	5.637	5.637
Ajuste a valor presente	(8)	(20)	(8)	(22)
Passivo não circulante	13.242	16.699	13.242	16.781
Obrigações por aquisição de investimento	17.851	21.473	18.084	22.770

- (i) Com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R\$ 5.637 foi considerado provável de pagamento e, portanto, foi incluído como parte do preço de aquisição.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 segue o seguinte fluxo de amortização, por ano de vencimento:

Controladora e Consolidado	
2019	4.618
2020	4.373
2021	4.251
Não Circulante	13.242

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)
Trabalhistas e previdenciários	601	142	2.369	163	18.819	2.151	19.661	1.441

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contingência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.369	19.661
Adições	739	2.877
Pagamentos	(1.346)	(1.723)
Reversões	(1.161)	(1.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	601	18.819

A Companhia e suas controladas também são parte de ações trabalhistas e tributárias cujo risco de perda, de acordo com seus consultores legais e a Administração da Companhia, é classificada como possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. O montante referente ao valor da causa atualizado, relativo a essas ações, corresponde a R\$1.509 em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 – R\$1.206).

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

Os administradores da Companhia revisam tempestivamente o risco de autuações de matéria previdenciária, agindo sempre que necessário para mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes. Ao mesmo tempo sempre que uma perda é percebida como possível a Administração realiza provisões que acredita ser suficiente para cobrir as referidas contingências.

c) Cíveis

Os processos de natureza cível se referem, principalmente, a ações ajuizadas sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos e restituição de valores. Dentre os processos individualmente relevantes destacam-se:

- (i) Ação indenizatória, cujo o objeto é a restituição dos valores dispendidos durante o tempo de duração do contrato. O processo está em fase inicial, sendo que do valor envolvido, a avaliação de risco de perda provável é de aproximadamente R\$2.000 em 31 de dezembro de 2017.
- (ii) Inquérito civil instaurado a partir de requerimento do Ministério Público e Tribunal de Contas, para apuração de eventual superfaturamento. O processo está na fase de investigação, sendo que do valor envolvido, a avaliação de risco de perda provável é de R\$11.975 em 31 de dezembro de 2017.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 50.561, e está representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

Acionistas	31.12.2017		31.12.2016	
	Ações	%	Ações	%
Fundos geridos pela HIX Investimentos Ltda.	1.739.599	14,80%	1.688.299	14,30%
BNDES Participações S.A.	1.347.960	11,40%	1.347.960	11,40%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.333.886	11,30%	1.329.265	11,30%
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.323.398	11,20%	1.319.217	11,20%

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Fundos geridos pela Una Capital Ltda.	734.130	6,20%	884.730	7,50%
FIA EAC - BDR NIVEL I	607.100	5,20%	623.700	5,30%
Ações em Tesouraria	578.988	4,90%	599.400	5,10%
Outros acionistas	4.122.142	35,00%	3.994.632	33,90%
Total	11.787.203	100%	11.787.203	100%

18.2 Lucros a distribuir

Em 24 de agosto de 2016 foi aprovado, pelo Conselho de Administração, nos termos do Art. 12, alínea “ee” do Estatuto Social da Companhia, aprovação, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária de 2017, do pagamento de proventos intercalares referentes ao primeiro semestre de 2016, contemplando a distribuição de lucros no montante de R\$ 1.257 a título de juros sobre o capital próprio, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,112250132 por ação.

O valor distribuído a título de juros sobre o capital próprio estará sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos ou domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa. Terão direito ao pagamento os acionistas que constarem da base acionária em 29 de agosto de 2016, e as ações serão negociadas “ex” proventos a partir de 30 de agosto de 2016, inclusive. O pagamento foi realizado no dia 12 de setembro de 2016, sem qualquer atualização monetária.

Em 22 de março de 2017 foi aprovado, pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, do pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício social de 2016, no valor bruto de R\$ 1.058 ou R\$ 0,094532569 por ação, valor que poderá ser modificado em razão da aquisição de ações no âmbito do programa de recompra. O valor líquido estará sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente imunes, isentos ou domiciliados em locais com alíquota diversa. Os acionistas terão direito ao pagamento se constarem da base acionária em 27 de março de 2017, as ações serão negociadas “ex” proventos a partir de 28 de março de 2017 e o pagamento será realizado em 22 de maio de 2017, sem atualização monetária.

	Controladora e Consolidado
Lucro líquido em 31 de Dezembro de 2016	8.282
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(414)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	7.868
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.967
Juros sobre o capital próprio	1.068
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	189
Distribuição de lucros realizada em 12 de setembro de 2016	1.257
Juros sobre o capital próprio	899
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	159
Distribuição de lucros realizada em 22 de maio de 2017	1.058

	Controladora e Consolidado
Lucro líquido em 31 de Dezembro de 2017	7.464
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(373)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	7.090
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	1.773
Juros sobre o capital próprio	1.773
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	313
Juros sobre o capital próprio provisionado em 31 de dezembro de 2017	2.086

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia provisionou Juros sobre Capital Próprio equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, registrado no passivo circulante.

- (i) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% sobre a despesa correspondente. Assim sendo, o cálculo dos JCP considera o acréscimo do imposto (“*gross-up*”) equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda retido na fonte.

18.3 Reservas de lucros

Foi proposto pela administração e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral realizada em 28 de abril de 2017 a destinação da parcela dos lucros não distribuídos referentes ao exercício de 2016 para reserva de lucros, para fazer face ao orçamento de capital para expansão do negócio, também aprovado na referida Assembléia. Adicionalmente, a administração está propondo a retenção de parcela dos lucros do exercício de 2017, no montante de R\$ 5.006, também para fazer face ao orçamento de capital, e que será deliberada na próxima Assembléia Geral.

18.4 Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 26 de agosto de 2015, o Conselho de Administração aprovou a abertura do terceiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreende a aquisição de até 700.000 ações ordinárias, o programa tem vigência até 24 de agosto de 2016.

Durante o exercício de 2016 foram adquiridas 78.800 ações (88.300 ações em 2015), pelo montante de R\$706, totalizando 599.400 ações (preço médio por ação de R\$8,48) (520.600 ações em 2015).

Em reunião realizada em 05 de setembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a abertura do quarto Programa de Recompra de Ações (“Programa”). O programa compreende a aquisição de até 295.500 ações e sua vigência se dará até 04 de setembro de 2017.

Durante o exercício de 2017 não foram adquiridas ações para tesouraria.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Controladora		Consolidado	
31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2017
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Consultoria e Projetos	4.742	2.316	16.078	9.082
Outsourcing	6.180	9.688	33.487	29.753
Software	21.543	22.021	102.736	56.952
Receita bruta de serviços	32.465	34.025	152.301	95.787
ISS	(1.219)	(1.249)	(5.228)	(3.618)
PIS e COFINS	(1.185)	(1.242)	(5.547)	(3.483)
INSS patronal	(1.461)	(1.547)	(6.617)	(4.128)
Impostos sobre venda	(3.865)	(4.038)	(17.392)	(11.229)
Consultoria e Projetos	4.177	2.048	14.387	8.152
Outsourcing	5.367	8.414	29.214	25.939
Software	19.056	19.525	91.308	50.467
Receita operacional líquida	28.600	29.987	134.909	84.558

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 11,4% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social).

20 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Serviços de terceiros	2.055	2.429	3.062	5.806
Pessoal, encargos sociais e benefícios	15.448	17.009	78.303	48.688
Outros custos	433	349	2.807	1.130
	17.936	19.787	84.172	55.624

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Serviços de terceiros	217	445	1.275	1.440
Pessoal, encargos e benefícios (i)	2.533	2.715	16.873	9.172
Comissões	77	173	843	513
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.934	1.303	3.899	2.595
Complemento de provisão para bônus e participação nos resultados (ii)	2.969	586	4.108	455
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	-		(5)	(25)
Complemento (Reversão) de provisão para contingência	(423)	989	881	1.591
Energia, comunicação e outros	1.134	798	1.779	1.140
Consultores, advogados e auditores	283	401	1.055	1.058

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Publicidade e propaganda	214	246	525	397
Despesas com passagens e estadias	55	66	562	297
Outros gastos	177	124	695	298
Depreciação e amortização	4.067	219	6.812	2.689
	13.237	8.065	39.302	21.620

- (i) A variação se deve pela aquisição da ATT ocorrida em novembro de 2016
(ii) A movimentação ocorreu por conta da evolução nos resultados operacionais da Companhia.

22 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento	(745)	(341)	(1.347)	(1.039)
Juros sobre empréstimos	(1.528)	(1.338)	(1.633)	(1.337)
Despesas bancárias	(23)	(16)	(60)	(35)
Ajuste a valor presente	(18)	(256)	(209)	(444)
Despesas com IOF	(218)	(49)	(237)	(57)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(59)	(2)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	687	5.306	1.615	6.267
Juros ativos	42	216	158	415
Outras receitas financeiras	9	23	95	50
Ajuste parcela adicional M&A	-	-	-	199
	(1.795)	3.544	(1.677)	4.017

23 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes dos impostos	6.800	9.585
Imposto pela alíquota nominal (34%)	2.312	3.259
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Provisões para pagamento de bônus e PPR	63	136
Provisões trabalhistas	(2)	(4)
Equivalência patrimonial	(3.798)	(1.328)
Lei do Bem (i)	(121)	-
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	11	114
Amortização ágio indedutível	1.306	-

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
PAT e outras diferenças permanentes	19	-
Juros Sobre Capital Próprio	(360)	(813)
Ajuste a valor presente	6	87
Parcela isenta da alíquota adicional	-	(24)
Outras provisões	(7)	(97)
Prejuízo fiscal (i)	(92)	-
Imposto tributário pela alíquota efetiva	(663)	1.303

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes dos impostos	6.800	9.585
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	663	(1.303)
Imposto de renda e contribuição social corrente	121	(1.683)
Imposto de renda e contribuição social diferido	542	380
Alíquota efetiva imposto tributário	9%	(14%)

- (i) Em 17 de outubro a Companhia recebeu parecer favorável do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) à utilização dos incentivos fiscais da Lei 11.196/05 ("Lei do Bem") no ano-base de 2015 para a Companhia e sua controlada Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes dos impostos	9.756	11.331
Imposto tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.317	3.853
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(488)	-
Ajustes receita por competência	(516)	239
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	(493)	167
Provisões trabalhistas	(29)	(10)
Reversão de provisão para devedores duvidosos		(27)
Lei do Bem (i)	(338)	-
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	28	152
Juros sobre capital próprio	(360)	-
PAT e outras diferenças permanentes	5	(813)
Ajuste a valor presente	(15)	(42)
Amortização de ágio indedutível	1.416	144
Parcela isenta da alíquota adicional	(96)	(336)
Prejuízo Fiscal (i)	(708)	(98)
Diferença de regime tributário – Lucro presumido (ii)		189
Lucro Prejumido	573	(252)

Outras provisões (2) (117)

Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva **2.294 3.049**

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes dos impostos	9.756	11.331
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(2.293)	(3.049)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.066)	(3.260)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.227)	211
Alíquota efetiva imposto tributário	(23%)	(27%)

- (i) Em 17 de outubro a Companhia recebeu parecer favorável do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) à utilização dos incentivos fiscais da Lei 11.196/05 ("Lei do Bem") no ano-base de 2015 para a Companhia e sua controlada Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.
- (ii) A controlada Controlpart Consultoria e Participações Ltda. segue o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, apurando no período /R\$ 336 de provisão./

b) Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution S.A.	1.059	306	1.059	306
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	-	-	1.555	1.680
Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	-	-	990	1.127
Prejuízo fiscal e base negativa - Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	216	144
Prejuízo fiscal e base negativa att/PS	-	-	259	435
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	22	199	201
Provisão para participação nos lucros	1.281	490	1.626	621
Provisão para contingência e outras obrigações	204	805	6.384	6.626
Ágio em combinação de negócios (i)	-	-	616	1.023
Outras provisões	(9)	(10)	31	14
Serviços a faturar	(795)	(205)	(3.743)	(1.403)
Adiantamento de clientes	195	59	731	376
Impostos incidentes sobre ajuste de receita por competência (ii)	71	19	345	153
Total IR / CS diferido ativo	2.028	1.486	10.268	11.303

- (i) No dia 01 de janeiro de 2014, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (“Senior Consultoria”) efetuou a incorporação da empresa investida Drive Consultoria e Informática Ltda. (“Drive”), e no dia 01 de fevereiro de 2016 efetuou a incorporação da investida Pleno Tecnologia & Sistemas Ltda. visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional. Com a incorporação, a Senior Consultoria passa a se beneficiar da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Drive e da Pleno, dentro do período determinado pela legislação em vigor. No âmbito do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*, em inglês), de identificação e avaliação dos ativos (tangíveis e intangíveis) da transação, a Administração registrou, no momento da incorporação, o imposto de renda e contribuição social diferido proveniente dos ativos intangíveis não amortizáveis contabilmente, ou seja, ativos intangíveis que não possuem vida útil definida e, por isso, se configuram como diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente. Abaixo, apresentamos a composição dos itens intangíveis considerados na composição do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2015	918
Intangíveis da aquisição da Pleno não amortizáveis contabilmente	
Goodwill	1.478
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2016	503
Movimentação	
Amortização fiscal considerada no ano de 2017	
Goodwill	(223)
Marcas e patentes	(582)
Total	(805)
Imposto de renda e contribuição social diferido – saldo em 31.12.2017	616

- (ii) Abrange o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social).

c) Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado

Apresentamos abaixo, a reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado do período:

	Controladora		
	31.12.2017	31.12.2016	Variação
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	2.028	1.486	542
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			542

	Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	Variação

Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	10.076	11.303	(1.227)
Imposto de renda e contribuição social diferido – resultado			<u>(1.227)</u>

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo inferior a 5 anos.

24 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	7.464	8.282
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.187.803	11.199.761
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	0,667	0,739

25 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Seção F – Políticas contábeis

26 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

26.1 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Senior Solution S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Senior Solution S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Senior Solution S.A. deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*Impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Senior Solution S.A.

26.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

26.3 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das

amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*). A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

26.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

26.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.5.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

26.5.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos

financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

26.5.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

26.5.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

26.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

26.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento, como (i) serviços não prestados adequadamente nos termos definidos nos contratos; (ii) notas fiscais com valores ou informações incorretas; (iii) ausência de evidência de que todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o cliente; e (iv) não é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima, a Companhia efetua o registro de perda estimada em crédito de liquidação duvidosa para notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

Por fim, para as notas fiscais, cujo atraso no recebimento supera 12 meses, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, o Conselho de Administração poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

26.8 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

26.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda., Drive Consultoria e Informática Ltda. (incorporada em 01 de janeiro de 2014) e attPS Informática Ltda. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 12).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de

1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

26.10 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 11. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração reavaliou a vida útil do ativo imobilizado, não tendo identificado alteração significativa na vida útil desses ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

26.11 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

26.12 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

26.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

26.14 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

26.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

26.16 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

26.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Remuneração com base em ações

A Companhia ofereceu a alguns executivos até o ano de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração baseado em ações ("*Stock Options*", nota 18), segundo o qual recebia os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados. Há um novo plano em vigor desde 2016, conforme divulgado na nota 18.

b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

26.18 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

26.19 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de *software*, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém

ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (“ISS”) às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à alíquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% a partir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

26.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são aprovadas em Assembleia Geral, com base no estatuto social da Companhia ou autorizadas pelo Conselho de Administração.

26.21 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, principalmente considerando que não possui operações de *hedge* e que não há a necessidade de redução ao valor recuperável dos valores contidos em contas a receber.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida.

Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações..

A Companhia em suas ofertas possuem soluções de softwares e serviços contemplando os seguintes itens:

- (i) Obrigação de desempenho: os contratos com clientes oferecem separadamente soluções de software e serviços, não refletindo, desta forma, em obrigações de desempenho distintas em um mesmo contrato, a receita da subscrição de software é reconhecida ao longo do tempo à medida em que o cliente permanece na base e o serviço é reconhecido a medida em que o cliente obtém o controle do ativo entregue. Desta forma, a Companhia não obteve valores expressivos que por ventura pudessem impactar os saldos iniciais do patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.
- (ii) Contraprestação variável – alguns contratos com clientes de receitas variáveis prevêm pequenas e raras alterações no escopo dos projetos, e segundo a IFRS 15/CPC47:

“estes descontos ou aumentos deverão ser estimados em relação ao valor do contrato na data da assinatura na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer”

Como os valores não são significativos a Companhia concluiu que não será necessário ajustes no processo e consequentemente não foi constatado a possibilidade de ajuste nas próximas divulgações.

- (iii) Serviços de implementação e customização de software – Estes serviços são vendidos separadamente nos contratos com clientes, no formato de projetos (receitas variáveis). Atualmente a receita para estes contratos são reconhecidas à medida em que os serviços são realizados. De acordo com o IFRS 15/CPC 47 a mensuração do progresso da obrigação de desempenho pode ser medida através de dois métodos que são o método de saída ou método de entrada.

Dessa forma, a Companhia concluiu que os contratos de serviços de implementação e customização são distintos dos outros serviços oferecidos e a receita reconhecida ao longo do tempo. O método de mensuração utilizado é o método de saída, que não impactará o patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.

A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando a método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º. de janeiro de 2018

- . **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia não possui operações de arrendamento mercantil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

* * * *